

# D. Manuel de Albuquerque presbítero egitaniense, Dom Prior de Guimarães e doutrinador do renascimento católico

## PRESBÍTERO EGITANIENSE

O Padre Manuel de Albuquerque (Covilhã, 1843-Guimarães, 1912) tem sido algo maltratado pelos Dicionários e Enciclopédias, onde a informação bibliográfica que aí costuma ser mencionada é, por regra, ou incompleta, ou confusa, ou errónea. Fortunato de Almeida, que ainda conheceu Manuel Albuquerque, deixou deste publicista e sacerdote uma sucinta mas correctíssima notícia bibliográfica <sup>(1)</sup> que, não obstante, os biógrafos posteriores não consultaram, pelo que as inexactidões, embora corrigidas por Fortunato de Almeida, têm continuado a abrir caminho.

Filho de Manuel de Albuquerque, pelo que o seu nome civil completo foi Manuel de Albuquerque Júnior, nasceu na cidade da Covilhã em 18 de Dezembro de 1843 <sup>(2)</sup>, no seio de uma boa família que o rodeou dos necessários meios educativos. Dos irmãos veio a ter qua-

---

(1) Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, III (Porto, 1971) 391, Nota.

(2) Manuel Alves de Oliveira, *História da Real Colegiada de Guimarães* (Guim., 1978) 132, menciona a data de 1848 que igualmente indica no artigo do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol. I, 95. Esta inexactidão também passou para a nossa *História da Diocese da Guarda*, pág. 266, onde deve fazer-se a correcção. O *Diccionario Bibliographico Portuguez*, XVI, 105, e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, I, 755, não lhe mencionam data de nascimento. O jornal *Voz da Verdade*, XIX Ano, n.º 7 (Braga, 15.2.1912) diz que Albuquerque faleceu com 69 anos, pelo que deveras nasceu em 1843. O nosso presbítero não deve ser confundido com o P. Manuel de Albuquerque, poeta mariano, missionário espiritano, que foi ordenado em 1899 e, em 1949, ainda vivia em Braga.

tro sobrinhos — não sabemos se teve mais — cujos nomes achámos mencionados nos jornais <sup>(3)</sup>, na ocasião da morte deste ilustre covilhense, e que foram: Benevenuto de Barros, João Rodrigues de Faria, Guilhermina de Barros, e Manuel Rodrigues de Faria, que também seguiu a carreira eclesiástica, sendo, quando o tio faleceu, Abade da Vinha de Areosa (Viana do Castelo). Falece-nos adequada informação sobre a sua juventude na encosta serrana, mas sabemos que, por voltas de 1862, entrou no Seminário Episcopal da Guarda, a funcionar no vetusto edifício quinhentista, erigido pelos cuidados do grande pastor que foi D. Nuno de Noronha, no topo do Campo de S. Francisco, e que ora — esse local onde o Seminário foi implantado, junto do Paço — se chama Rua Alves Roçadas, e que, durante muitos anos, se chamou Rua do Seminário <sup>(4)</sup>.

Manuel de Albuquerque entrou, uma vez feitos os preparatórios na terra natal, para um Seminário renovado. Após vários decénios sem bispo residente, o Seminário Episcopal da Guarda estava de rastos. Os governadores não dispunham de autoridade para as necessárias reformas, a disciplina achava-se ancilozada, e o currículo dos estudos era o que vigorava nos fins do século XVI. D. Manuel Martins Manso, até aí bispo do Funchal, assumiu a cátedra egitanense em 29 de Julho de 1858, e desde logo teve consciência de como o presbitério se encontrava envelhecido e reduzido, pelo que a primeira linha de solução passava pelo renovamento do estiolado Seminário, onde apenas se leccionavam as aulas de Português, Latim, Moral e Música. O novo bispo reformulou a disciplina interna, promoveu o acesso de mais alunos, e organizou um novo quadro de estudos, integrado por nove disciplinas: Português, Latim, História Sagrada, Lugares Teológicos, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Teologia Sacramental, Instituições Canónicas e Canto Chão <sup>(5)</sup>.

Na Guarda, então cidade de fraco movimento intelectual, o Seminário era o principal núcleo de cultura, e foi nele que o jovem Manuel de Albuquerque, com vinte e quatro anos, concluiu o curso teológico — corria o mês de Junho de 1867 — com distinção, o que levou o seu bispo a preconizar-lhe continuidade dos estudos, decerto para, um dia, contar com ele no corpo docente do Seminário, escola onde designadamente afluíam os estudantes naturais da Beira Baixa e, pois, desde Penamacor à Covilhã, enquanto os da Beira raiana ficavam no

---

<sup>(3)</sup> *Correspondência da Covilhã*, Ano XIII, n.º 667 (Covilhã, 25.2.1912).

<sup>(4)</sup> V. Afonso, *Toponímia Histórica da Guarda* (Guarda, 1984) 190.

<sup>(5)</sup> P. Gomes, *História da Diocese da Guarda* (Braga, 1981) 172-176 e 268.

modesto curso Eclesiástico que os bispos de Pinhel, não obstante a crónica fraqueza da diocese pombalina, mantinham no Paço.

Concluída Teologia, o teólogo não recebeu desde logo as ordens, pelas quais aguardou cerca de dois anos, sendo que a ordenação presbiteral veio a efectuar-se na Sé da Guarda, em Maio de 1869. Nos anos seguintes à ordenação trabalhou na diocese, mas não conseguimos saber se chegou a paroquiar, se ficou em serviço no Paço, se prestou ajuda no Seminário, porquanto o seu desejo era o de prosseguir estudos universitários. De facto, em Outubro de 1872 segue para Coimbra, matriculando-se na Faculdade de Teologia, onde veio a ter, entre os mestres, ao futuro arcebispo bracarense D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que revelou grande apreço pelo aluno. Matriculado igualmente em Direito, e quintanista desta Faculdade em 1878, obteve o bacharelato em Direito e Teologia com a classificação de *accessit, louvor e prémio*. Já então o bispo da Guarda, cuja saúde não era muita, se achava doente. Ignoramos se ainda chegou a falar com D. Manuel Martins Manso sobre o seu eventual regresso à Guarda, tanto mais que o bispo egitaniense só viria a falecer em Dezembro de 1878, mas a verdade é que o P. Manuel de Albuquerque, Teologia e Direito concluídos, trocava a sua diocese por um trabalho certamente mais sugestivo, num meio culturalmente mais dinâmico, o da arquidiocese bracarense.

## PROFESSOR DE TEOLOGIA EM BRAGA

O arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura, ao reorganizar o ensino seminarístico bracarense, obteve a nomeação oficial de dois professores, ambos cónegos, António Lopes de Figueiredo, que era capitular no Funchal, e Joaquim Alves Mateus, célebre orador sacro e profano, e capitular da Sé de Angra do Heroísmo. Chegaram ambos a Braga em 1864, assumindo Alves Mateus a regência da cadeira de História Sagrada e Eclesiástica. O duo Lopes de Figueiredo-Alves Mateus foi muito contestado em Braga, tornou-se o centro de numerosas polémicas que, pacientes de partidarismo, desabavam geralmente em matérias de doutrina e de interesse eclesiais. Uma das mais graves questões ocorreu na quadra natalícia de 1866, como seqüela da refrega que opôs Mateus ao P. João Veloso e a João Joaquim de Almeida Braga e que versou o patriotismo de Fr. Bartolomeu dos Mártires. O P. João Veloso escreveu publicamente que havia no

Seminário cônegos que ensinavam erros à mocidade<sup>(6)</sup>, o que originou, além de uma polémica do *Partido Liberal* contra o *União Catholica*, um processo judicial, movido por Alves Mateus ao director do *União Catholica*, em que Mateus saiu vencedor.

O sucessor de Azevedo e Moura veio a ser D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que, movido à reorganização do Seminário Conciliar, mostrou também o propósito de afastar da docência os cônegos Figueiredo e Mateus. No tempo do reitor Manuel Alves Martins Novais (desde 1868 a 1880), — era o dia 30 de Agosto de 1878 — e sem ouvir o reitor, D. João Crisóstomo exonerava aqueles cônegos do ónus de ensino no Seminário, alegando que acabara o tempo em que, segundo o Decreto de 26 de Agosto de 1859, aqueles três cônegos se tinham obrigado a ser professores do Seminário. E, ainda sem ouvir o reitor, exonerava um terceiro, o cônego José Gomes Martins. A mesma Portaria episcopal de 30 de Agosto de 1878 nomeia, para substituir os três cônegos, três novos presbíteros.

O primeiro é Manuel de Albuquerque; o segundo, é Luís José Dias, natural de Merufe (Monção), bacharel em Teologia e Direito, que acabou por se demitir das funções em 1880, vindo a falecer em 5 de Abril de 1917, na vila de Monção<sup>(7)</sup>; o terceiro é Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, natural de Rendufinho (Póvoa de Lanhoso), bacharel em Direito, que se manteve em funções até 1892, ano em que foi elevado a bispo de Angra do Heroísmo, tendo morrido, quando já era bispo de Lamego, em 11 de Julho de 1935<sup>(8)</sup>. O P. Dias leccionou Teologia Dogmática Especial (2.º ano), até que, havendo-se demitido, foi substituído pelo dr. José de Moura Viegas; o P. Vieira de Brito leccionou Teologia Moral (3.º ano), cedendo o lugar ao dr. João Nepomuceno Pimenta, quando elevado à dignidade episcopal; enfim o P. Albuquerque leccionou Teologia Dogmática Geral (1.º ano), sucedendo-lhe, em 1895, o dr. João Afonso da Cunha Guimarães<sup>(9)</sup>.

A substituição dos três cônegos pelos três presbíteros causou algum incómodo a D. João Crisóstomo, porque, além da surpresa, houve protestos que manifestavam estranheza pelas súbitas decisões do novo arcebispo.

---

(6) *União Catholica*, 20 (17.11.1866) e ss.

(7) J. Augusto Ferreira, *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga* (Braga, 1937) 457.

(8) Id., *ibid.*

(9) Id., *Fastos Episcopais IV* (Braga, 1935) 221-222; *Semana Religiosa Bracharense*, IV, 241-243.

Cada um dos cônegos seguiu a sua vida, sendo Alves Mateus o que ficava melhor. Prégador que cobrava chorudos honorários; requestada vedeta nas grandes cerimónias públicas; figura de proa do Partido Progressista; deputado; director da Biblioteca Pública; continuava nas funções de Tesoureiro-Mór do Cabido bracarense, pelo que a exoneração parece não o ter afectado de modo sensível. Além disso, D. João Crisóstomo também aproveitou para, em 1880, exonerar Alves Mateus de outras funções, que redistribuía por outras pessoas, uma delas o P. Albuquerque que, assim, veio a ser nomeado Desembargador da Relação Eclesiástica e Promotor de Justiça. Desempenhou estas funções desde 1880 a 1895, e as de professor de Teologia durante 17 anos, desde 1878 a 1895.

No exercício das funções docentes, Manuel de Albuquerque produziu dois notáveis escritos, os quais raro são indicados pelos seus biógrafos. O primeiro é a oração de sapiência, proferida no Seminário Conciliar, na abertura das aulas, em 14 de Outubro de 1880, intitulada: *Oratio quam pro Solemni Studiorum inauguratione in Seminario Conciliari Bracharensi*. Esta Oração viu-se impressa (Braga, 1880) sendo pelo autor dedicada a D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa. Belo texto latino, vale também por constituir uma sólida exposição do estudo da Teologia Fundamental no âmbito das Ciências Teológicas naquela época, e por exprimir um persuasivo argumentário em defesa da Teologia Fundamental face aos erros doutrinários, derivados do Modernismo, erros esses que já transitavam em publicistas portugueses.

A sua obra docente comprovou-a por escrito, reduzindo a livro as prelecções áulicas. O livro intitula-se *Teologia Fundamental. Prelecções* (1882) e serviu ao autor como guia, durante anos, na sua docência bracarense. Mostra grandes influências do teólogo Agostinho Lehmkuh, S. J., a cujo *Compendium Theologiae Moralis* recorre com alguma frequência. Seria, porém, impraticável a enumeração de todos os autores — doutores, magistrais, patrísticos, clássicos, modernos — que Albuquerque mostra conhecer, nunca deixando de efectuar a crítica das escolas modernistas, sem, contudo, deixar de aderir fundamentalmente à nova eclesiologia que o pensamento dos Pontífices continuamente vinha suscitando, sobretudo desde 1870.

## O CANONISTA, CONSULTOR DO CLERO

Sem emissão de pré-juízo, porque este juízo só o emitimos depois de quanto vimos, julgamos apodítico quanto se afirma para salientar a amplitude, a larguesa e a constância de Manuel de Albuquerque como canonista. Quem acompanhe o seu labor nesta esfera do saber, sente-se tentado a marginalizar todas as restantes actividades deste padre, egitaniense pelo berço, bracarense pela história, que, num tempo em que o Canónico ainda não se achava compilado, assumiu o pesado encargo de, sem arrogância, mas com espírito de serviço, constituir o *magister* de todas as questões que o clero lhe punha, tanto em pequenas como em graves matérias de direito, sagrado e profano. Manuel de Albuquerque foi, na realidade que a sua obra escrita testemunha, um verdadeiro consultor do clero. Nem a nomeação para a Colegiada de Guimarães o afastou dessa quase profissão, na qual, decerto, tinha de investir longas horas e pesadas lucubrações. Era o receber e ler as consultas; era interpretar correctamente as dúvidas que lhe punham; era o elaborar dos esquemas responsoriais; era a consulta das fontes autorizadas e a comparação de respostas anteriores sobre análogos casos, para evitar contradições; era a redacção das respostas; era, por vezes, a continuidade dos esclarecimentos de respostas que não satisfaziam, ou que a evolução dos *casos* tornava obsoletas. Ninguém pode imaginar o que seria a dedicação de Albuquerque a este trabalho.

As dúvidas do clero, párocos e religiosos, eram tantas e tão frequentes, que D. João Crisóstomo entendeu ser necessário haver algo que correspondesse às funções que, em França, desempenhava a revista *L'Ami du Clergé*. E tudo fez para que se fundasse *O Consultor do Clero* (Porto-Braga, 15.1.1883-15.5.1885) cuja redacção cometeu aos padres Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito e Manuel de Albuquerque. No entanto, segundo autorizada opinião, «quem redigía a revista era o dr. Albuquerque e o dr. Alfredo Elviro dos Santos, secretário do Arcebispo D. João Crisóstomo. Depois da resignação deste prelado foi o dr. Elviro para Lisboa, ficando a redacção do *Consultor* a cargo do dr. Albuquerque e do dr. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, depois bispo de Lamego»<sup>(10)</sup>.

*O Consultor do Clero* durou pouco, mas a actividade do canonista estava para durar. Terminada a revista bracarense, Albuquerque

---

(10) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, ed. cit., 413. A notícia constitui um bom perfil desta revista.

logo achou acolhimento numa outra, mais famosa e de maior circulação nacional, que a Casa Fraga Lames, de Leça da Palmeira, começara a publicar com o título *A Voz do Christão* (1884-1890). Dirigida por Artur Eduardo de Almeida Brandão, e colaborada, na parte homilética, por prégadores quais Alves Mendes e o seu discípulo Francisco Patrício, à revista faltava um canonista. Veio ele na pessoa do P. Manuel de Albuquerque, que iniciou a colaboração em 1885. Afirmou tanto a sua presença que, em 1886, já o seu nome era impresso no rosto de *A Voz do Christão*, como director da Secção de Consultas e Legislação. E, em 1887, substituiria Almeida Brandão no cargo de director geral da revista, à qual imprimiu novo vigor.

A presença de Albuquerque na chefia de *A Voz do Christão* imprimiu tais novos rumos à revista, que os Fraga Lames publicavam em Leça da Palmeira, que se justificava uma profunda mudança. Ocorreu esta quando se concluía o oitavo ano de *A Voz do Christão*, que deixou de publicar-se com tal nome, aparecendo uma outra revista, agora intitulada *Sciencias Ecclesiasticas* (Leça da Palmeira, 5 vols., 1891-1895), revista mensal dedicada ao clero de Portugal e Brasil, aprovada por D. José III (Cardeal Patriarca de Lisboa), D. Américo (Cardeal Bispo do Porto), D. Luís (arcebispo da Baía e Primaz do Brasil), e D. João Maria (Bispo de Angra). Director: o P. Manuel de Albuquerque, bacharel formado em Teologia, professor de Ciências Eclesiásticas, desembargador da Relação Eclesiástica, Promotor do Juízo Apostólico e Examinador Pró Sinodal do Arcebispado de Braga. Conforme o director afirmava no Prólogo da nova revista, esta vinha a constituir uma nova fase da sua predecessora, que alargava o âmbito temático e o leque de colaboradores, para se tornar mais viva, e obter maior penetração no mercado, pois que os custos da edição a todo o instante subiam <sup>(11)</sup>.

As secções que maior vulto ocupam são as dedicadas à Legislação Canónica, à Legislação Civil e às Consultas Canónicas. Aqui, por vezes, Albuquerque (que assinava, ou simplesmente A., ou, quando muito, Albuquerque) fornecia respostas a casos traduzidas de jornais franceses e, sobretudo, de *L'Ami du Clergé*, embora tudo o mais fosse da sua autoria.

O volume de consultas produzido foi tal que, Albuquerque, acordo feito com o editor Lames, reuniu todas as respostas entre 1885 e 1891 em dois tomos de uma obra que veio a titular-se *Consul-torio Ecclesiastico. Respostas e Consultas* (Leça da Palmeira, 1889-

---

(11) Cf. *Sciencias Ecclesiasticas* I (1891) 5-6.

-1891) a qual obra foi publicamente recomendada pelo Cardeal D. Américo, e pelos bispos de Braga, Algarve, Portalegre, Parga, Coimbra e Bragança. Dedicada ao novo arcebispo bracarense D. António José de Freitas Honorato, a obra, em dois volumes, inclui as respostas publicadas n'*O Consultor do Clero* e n'*A Voz do Christão*, não tendo chegado a publicar-se o previsto terceiro volume com as respostas dadas em *Sciencias Ecclesiasticas*. O autor teve o cuidado de emendar, reduzir e ampliar, conforme os casos, os textos originalmente publicados nas revistas indicadas<sup>(12)</sup>. No total, são 926 páginas de informação e de esclarecimento sobre matéria canónica, em que a admirável erudição do autor se espraia, sem concessão a interesses subjectivos. Algumas vezes proferiu doutrina que, indo contra interesses materiais de párcos e de fábricas paroquiais, estava, não obstante, do lado do que era civil e religiosamente justo. A sua doutrina em matéria de sacramento do matrimónio (consanguinidade, menoridade, interdição, adultério, filiação ignota e/ou ilegítima...) ainda hoje merece ser lida, já pelo saber do autor, já pelo conhecimento que nos dá de quantos inúmeros e graves problemas a sociedade católica daquele tempo enfrentava.

A canonista interrompeu durante algum tempo as consultas mas, criado em Braga o jornal *Voz da Verdade*, eis que ressurgiu<sup>(13)</sup>. Em 1905 retomava as consultas canónicas ao clero, que manteve até onde pode, e sempre com geral proveito.

## O SERMONISTA

O primeiro sermão que Manuel de Albuquerque proferiu teve por cenário uma igreja da Covilhã e, por tema, as exéquias solenes do Visconde da Coriscada (Francisco Joaquim da Silva Campos e Mello, industrial de lanifícios e benemérito da cidade, que recebeu o título em 21 de Setembro de 1870), e de D. Rita Geraldês (ilustre mãe de oito filhos, dos quais só um se achava vivo, o dr. Manuel Nunes Geraldês, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). O pregador, então estudante do quinto ano de Teologia, fez o sermão num dia (não mencionado) de Setembro de 1877, a convite da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã que, assim, sufragou os dois beneméritos.

---

(12) *Consultorio Ecclesiastico* I, pág. IX.

(13) Também deu consultas n'*O Amigo da Religião*. As consultas publicadas aqui e noutros jornais não foram reunidas em volume.

O sermão foi impresso e constitui, aliás, o primeiro trabalho do autor a ser impresso, com o título *Oração Fúnebre Recitada nas Exéquias Solennes do Visconde da Coriscada e de D. Rita Geraldês* (1877). Foi a publicação deste escrito que lhe valeu uma pequena notícia bibliográfica em monografia sobre a Imprensa da Universidade, entidade que imprimiu o sermão<sup>(14)</sup>, e que lhe garantiu a entrada no *Diccionario Bibliographico Portuguez*<sup>(15)</sup>, que, de Albuquerque, só noticia esta obra.

Dedicada à Viscondessa da Coriscada e a Gregório Nunes Geraldês, viúvos dos exequiados, a pequena oração fúnebre, de estilo muito cuidado, abunda em efeitos de retórica, comparações, paráfrases, hipérbolos, exclamações e lamentações. Tem uma curiosidade: a de chamar à lembrança do auditório as ideias do dr. Manuel Nunes Geraldês sobre o poder temporal do Papa. Com efeito, o dr. Geraldês foi, durante anos, acérrimo opositor ao poder temporal do Pontífice, tendo publicado um terrível libelo, *O Papa-Rei e o Concílio* (1870) que também foi editado em tradução italiana. Ora, no sermão do sufrágio de D. Rita Geraldês, o P. Manuel de Albuquerque relembra a posição ideológica do filho desta, sugerindo, num dado passo, que o dr. Geraldês já não mantinha os mesmos pontos de vista, e que, no tempo em que os defendera, iam passados sete anos, se encontrava «cheio de boas intenções»<sup>(16)</sup>.

Em Braga, Albuquerque também exerceu a prégação. Só que, nesta área, ele não tinha uma via fácil a percorrer. Braga dispunha de grandes prégadores — bastava a presença de Alves Mateus como paradigma de outros — e, com efeito, António Alves Mendes, António Alves Mateus e Francisco Patrício eram os nomes que mais lesto acorriam à ideia de quem necessitasse de encomendar sermões. Talvez por isso, e talvez porque as demais actividades o absorvessem, Albuquerque não fez carreira como prégador. Achou sucedâneo na actividade de sermonista ou de homiletista. Ao assumir a direcção da revista *Sciencias Ecclesiasticas*, criou uma secção de «Oratória Sagrada», de cuja redacção se encarregou. Nessa secção, e em cada número da revista, insere um sermão, de modo que veio a completar uma longa série de sermões para todas as festas dos anos litúrgicos. Por vezes não assina, por vezes põe somente a inicial A., mas tudo indica que

---

(14) Seabra de Albuquerque, *Bibliographia da Imprensa da Universidade* (Coimbra, 1877) 65.

(15) Vol. XVI, pág. 105.

(16) M. de Albuquerque, *Oração Fúnebre*, 32, nota 1.

os sermões publicados nesta revista (e alguns outros ainda n' *A Voz do Christão*) são de sua autoria.

Com estes sermões, que ele não pré-gava, mas escrevia — ou, quem sabe, talvez os lesse, havendo ensejo, na missa que celebrasse, não podemos garantir — o P. Albuquerque punha à disposição do clero menos vocacionado para a homilética e para a sermonística, um texto de apoio que, ou podia ser lido pura e simplesmente, ou podia servir de texto de reflexão preparatória das homilias de outros padres, ou servir de simples meio de esclarecimento dos fiéis que o lessem na revista. No articulado de cada sermão, depois de enunciar o tema, o autor reflecte-o teológica ou liturgicamente e orienta-o depois para conclusões pastorais, applicando-as à situação do homem concreto na família, na sociedade, na igreja, no mundo, sendo evidente a sua preocupação com os problemas sociais, os jovens e os operários, e, sobretudo, com os valores cristãos da vida moral.

Julgamos possível a hipótese de os sermões ou homilias não terem tido tanta procura como as consultas canónicas. Só assim se explica que o P. Albuquerque haja publicado as consultas em livro, e não haja procedido de igual modo para o considerável volume de escritos homiléticos que produziu.

## A POLÉMICA SOBRE A FACULDADE DE TEOLOGIA

A participação de Manuel de Albuquerque na longa e grave disputa que, no fim do século XIX, muito contribuiu para a derrocada ulterior da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, é, em regra, quase ignorada. Menção dos escritos de sua autoria quase não se acha nas publicações onde se deveriam esperar. Aliás, um estudo exaustivo da bibliografia derivada daquella disputa ainda se acha por efectuar; e as peças literárias são tantas, e tão inusitadas, que ninguém pode admirar-se de haver muitas, das quais nem imaginamos a existência.

Tudo começou em 1886, quando o Lente de Véspera, o doutor bracearense Luís Maria da Silva Ramos, leu, perante o Conselho Superior de Instrução Pública, uma Memória sobre a reforma da Faculdade de Teologia. Uma controvérsia gerou-se desde logo e, nela, embrenha-se o antigo secretário do arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, o Dr. Egídio Pereira de Oliveira Azevedo, natural da Mealhada, que se formara em 1876, tendo sido, por isso, condiscípulo do P. Manuel de Albuquerque e, mais do que condiscípulo, seu colega

de trabalho no diocese bracarense<sup>(17)</sup>, e que, em 1886, era cónego honorário da Sé de Lamego.

O cónego Egídio parecia defender os pontos de vista do bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, sobre a autonomia da Faculdade face ao Estado, e publicou uma memória de réplica: *A Faculdade de Teologia. Breves Reflexões sobre a Memória Lida pelo Lente de Vésperas da mesma Faculdade perante o Conselho Superior de Instrução Pública* (Porto, 1886). Aí, acusa Silva Ramos de ser o autor de um documento, a referida Memória, que continha graves erros de doutrina, que não podiam ser ensinados, propagados e sustentados.

Logo a seguir, e sob o pseudónimo Ruy Diógenes, alguém tornou públicos dois opúsculos, intitulados *Egydius Episcopijs. Trad. Livre. Egydio Alugado ao Bispo. Carga n.º 1 — Carga n.º 2* (Porto, 1886) em que o autor se insurge contra as teses de Egídio de Azevedo, e insinua que este escrevera por incumbência do bispo, de modo que Egydius Episcopijs será Egídio de Azevedo a falar em nome do bispo de Coimbra. Quem é Ruy Diógenes? A nosso ver é Luís Maria da Silva Ramos, embora, dada a fogsidade com que depois Albuquerque o defende contra Egídio, sejamos induzidos a julgar que Ruy Diógenes é Manuel de Albuquerque. É um ponto que não nos permitimos decidir, porque não conseguimos concluir se Ruy Diógenes é, ou Manuel de Albuquerque, ou Luís Maria da Silva Ramos, sendo todavia certo que as relações de Egídio, em Braga, com estes dois padres, não foram das melhores, e que geraram muita frieza, senão graves incompatibilidades. Ao certo, temos que Ruy Diógenes é um alónimo.

É preciso ver que João Crisóstomo de Amorim Pessoa fizera parte da Comissão Reformadora da Faculdade de Teologia, onde predominava uma tendência que visava tutelar a Faculdade pelo Estado, enquanto o bispo de Coimbra recusava essa tendência. De igual modo Egídio de Azevedo concluíra ser preferível valorizar os cursos teológicos nos Seminários, deixando a Faculdade de Teologia ruír.

A polémica alarga-se, e o professor José Maria Rodrigues publica a memória sobre *A Faculdade de Teologia e as Doutrinas que ella Ensina* (Coimbra, 1886) que aprofunda a oposição entre o jornal *A Ordem* (que estava do lado dos professores da Faculdade) e a revista *Instituições Christãs*, do Seminário de Coimbra, que postulava as

---

(17) Egídio Pereira de Oliveira Azevedo é autor de considerável obra teológica. A sua obra prima é, porém, *Lições de Isagoge e Hermenêutica Sagrada*, 2 vols., Coimbra, 1892-1894.

opiniões do bispo conimbricense, Bastos Pina. Egídio de Azevedo retrucava a todos os documentos de maior peso que a Faculdade lançava e, também neste caso, logo que José Maria Rodrigues publicou aquela Memória, o cônego Egídio replicou com um opúsculo — *Resposta que dá à Faculdade de Teologia e às Doutrinas que ella Ensina* (Coimbra, 1886) no qual, a par e passo, também responde aos quesitos que lhe haviam sido propostos pelos mencionados opúsculos de Ruy Diógenes.

O aparecimento de Manuel de Albuquerque — ortónimo — dá-se aqui. Publica uma terrível peça polémica — *Carta de Manuel de Albuquerque a Aegydius Episcopus* (Porto, 1887). Brinca com Egídio, num estilo muito gozado, e toma a defesa de José Maria Rodrigues, de Luís Maria da Silva Ramos e de Ruy Diógenes. Na réplica, envolve tanto o bispo de Coimbra como o cônego Egídio, a quem mimoseia com chocantes adjectivos. Tão depressa o trata por «meu amigo» como o apelida de «paspalhão imprudentíssimo».

Creemos ser justo afirmar que, neste opúsculo acalorado, Manuel de Albuquerque perdeu muito tempo a brincar e a chicanar, não tendo aberto com a necessária linearidade as questões doutrinárias e políticas suscitadas na polémica em causa. Tem-se a impressão de que o seu objectivo foi mais o de desfrutar o seu antigo colega junto de Amorim Pessoa, do que o de contribuir para o esclarecimento dos problemas e das diferenças que opuseram as tendências relativas à reforma da Faculdade de Teologia.

## O RESCALDO DA REFREGA BARTOLOMEANA

Os liberais, chefiados pelo Conde de Carcavelos, que se apoiava nas cabeças pensantes e nas penas militantes dos cônegos António Lopes de Figueiredo e Joaquim Alves Mateus, fundaram um jornal, o *Partido Liberal* (1866-1867) <sup>(18)</sup> que concitou uma forte oposição no meio bracarense. Tido e havido como jornal favorável ao arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura, que, ao fixar-se em Braga, arredou do corpo de familiares do Paço todos os colaboradores bracarenses suspeitos de legitimismo, o *Partido Liberal* viu-se desde logo confrontado com três diferentes tipos de oposição: a da jornal *O Primaz*, que, além de anti-liberal também era contra o arcebispo, e a dos semanários *União Catholica* e *O Bracharense* <sup>(19)</sup> que, não estando contra

---

(18) A. Lopes de Oliveira, *Imprensa Bracarense* (Braga, 1976) 143.

(19) Id., id., 51 e ss.

o arcebispo Moura estavam, todavia, contra os liberais e contra os cónegos Figueiredo e Mateus.

A célebre «refrega bartolomeana» de 1866-1867, que tanto contribuiu para denegrir a figura histórica de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, teve por cenário esta imprensa e, por causa próxima, a discussão gerada em torno da pessoa do arcebispo Azevedo e Moura. Os padres sacudidos do Paço pelo novo arcebispo, que trazia fama de *liberasta*, iniciaram a publicação de um jornal, *O Primaz* (1866-1867) cujo único objectivo era o de combater a figura de Azevedo Moura. Num dado momento, para melhor realçar os aspectos negativos do arcebispo, *O Primaz* recorreu a uma grave antítese, comparando Moura a Bartolomeu dos Mártires. O bispo dominicano prégava, ensinava catequese, distribuía sacramentos, visitava os pobres; Moura, nem prégava nem dava catequese, nem servia sacramentos, nem visitava os pobres. Braga, que fora redil do «arcebispo santo» era, no ensejo, foro do «caloteiro mitrado»<sup>20</sup>. Nem Mateus nem Figueiredo podiam levar a bem tamanha comparação, que se destinava apenas a denegrir Moura, nanja a enaltecer Bartolomeu. Vieram os dois Cónegos à liça no *Partido Liberal*. Estratégias políticos, das duas uma: ou se limitavam a defender Moura, ou transferiam toda a carga emocional para uma guerra em que Bartolomeu fosse o alvo, restando Moura esquecido (e protegido) das arremetidas de *O Primaz*. Principal argumento: Bartolomeu dos Mártires fora um traidor, porque seguira os Filipes; Moura era um patriota.

A polémica, a princípio entre *O Primaz* de Joaquim António de Barros e o *Partido Liberal* dos cónegos Figueiredo e Mateus, deveria circunscrever-se à pessoa do arcebispo residente, mas o cónego Mateus inflectiu o jogo, tornou esquecida a figura de Moura, e tudo se concentrou no alegado anti-patriotismo de Bartolomeu dos Mártires. O alargamento da polémica logo envolveu *O Bracharense*, que tentou defender a denegrída memória de Fr. Bartolomeu, e o *União Catholica*, de João António Vieira Veloso, que assume franco combate a Alves Mateus, em defesa do arcebispo santo, sem cuidar dos estilhaços que iam ferir o provocador da contenda, o arcebispo Moura. A seguir, em Lisboa, o *Bem Público*, pela pena de José de Sousa Monteiro, dava eco nacional à refrega, tomando a defesa de Fr. Bartolomeu, transformado em escudo de Azevedo e Moura.

As réplicas e as tréplicas do *Partido Liberal* e dos outros contendores agravaram-se e começaram a invocar-se as fontes histórico-

---

(20) *O Primaz*, n.º 9 (18.12.1866).

-documentais. Foi então que, à ilharga do cónego Mateus, surgiu a figura de Camilo Castelo Branco, que por então residia em S. Miguel de Seide. Camilo escreveu quatro cartas ao redactor do *Partido Liberal*, a quem forneceu amplos informes sobre o comprovado anti-patriotismo do arcebispo prégador, cartas essas que o cónego Mateus tornou públicas no seu jornal <sup>(21)</sup>.

Que tem Manuel de Albuquerque a ver com esta refrega se, na época, não passava de um estudante equitaniense? — Dá-se o caso de que, a partir de certo momento, a polémica se avolumara tanto, que já não se sabia onde começara, e, mesmo hoje, só sabemos que começou em Braga, e que foi iniciada por Joaquim Alves Mateus, porque nos foi possível seguir a cronologia dos artigos na imprensa de Lisboa e de Braga, até ao ponto em que achámos uma pública acusação — a de que o autor dos artigos contra Fr. Bartolomeu era o cónego Mateus, acusação essa que este cónego nunca desmentiu, apesar de não ter assinado tais artigos.

J. R. A. Mota Júnior, uns anos mais tarde, reuniu em livro as cartas de Camilo <sup>(22)</sup>, e dispôs de espaço para fixar uma narrativa sobre as origens e o desenvolvimento da refrega, mas, ou não conhecia os trâmites, ou só desejou editar um «camiliano» destinado aos amadores de Camilo, sem curar de explicar o porquê da refrega. Fosse porque a fama de D. Fr. Bartolomeu ainda se achasse abalada, fosse porque a defesa bartolomeana de *O Bracharensense* merecesse posterior registo, fosse porque continuasse havendo procura das cartas de Camilo, o P. Manuel de Albuquerque decidiu publicar o opúsculo intitulado *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Filippes. Com as Cartas de Camillo Castello Branco* (1895) que antecedeu de explicativo prefácio.

Este livrinho tem que se lhe diga. Em primeiro lugar, só reúne os textos apologeticos de *O Bracharensense* sem cuidar da defesa bartolomeana do *União Catholica* e por completo omitindo a antítese da polémica, os artigos do *Partido Liberal*. Alude a que tudo partiu deste jornal, mas omite cuidadosamente tudo quanto possa fornecer pistas sobre os presumíveis autores dos artigos anti-bartolomeanos, ainda que, num dado passo se refira ao «raro talento literário dos seus laureados autores» <sup>(23)</sup>. Se sabia que eram laureados, sabia quem eram.

---

(21) No nosso estudo inédito sobre a vida e a obra de Alves Mateus fixámos o quadro e as coordenadas desta grande polémica.

(22) J. R. A. Motta Júnior, *Cartas Notáveis de Camillo Castello Branco. O Patriotismo de Fr. Bartholomeu dos Mártires*. Porto, s. d. (1894?).

Porque não lhes declinou os nomes? Porque não os jungiu à responsabilidade? Mais: lamenta não poder ajuntar os artigos surgidos no *Partido Liberal* porque, diz, não lhe foi possível descobrir esses artigos no pó das bibliotecas e arquivos públicos. Como assim? Acaso o P. Veloso não teria uma colecção desses artigos? Acaso na redacção do *União Catholica* não havia o jornal? Acaso o sr. Conde de Carcavelos tinha inutilizado esses históricos números do seu jornal? Acaso o sr. cónego Alves Mateus não os guardava na Biblioteca Municipal, de que era director?

O P. Manuel de Albuquerque quis ter uma palavra no rescaldo da refrega, mas a sua atitude omissiva parece-nos duvidosa. Estaremos apenas perante uma flecha atirada à desarrumação em que, dizia-se, o cónego Mateus tinha a Biblioteca Pública? O prazer de atirar esta simples flecha compensaria a lacuna da omissão dos importantes, ainda que discutíveis, textos de Mateus contra D. Fr. Bartolomeu? Se, da parte de Albuquerque não houve segunda intenção, que poderemos pensar? — Que ele se dirigiu a Mateus para que lhe permitisse reeditar os seus artigos no opúsculo que projectava? Teria Mateus mudado de opinião e solicitado a Albuquerque que desse o rol por esquecido, explicando a omissão através de piedosa mentira?

Creemos essa hipótese altamente aceitável. Embora Albuquerque tivesse ocupado a cátedra de Mateus, embora a oposição entre ambos tivesse sido um facto, já tinham trabalhado em conjunto no Congresso de 1891, e Alves Mateus apresentava claros sintomas de cura do seu liberalismo militante. Sentiria necessário tornar a sua intervenção na refrega esquecida, dar voz e eco à apologética bartolomeana? O livrinho do P. Albuquerque veio, portanto, a significar um acto de desagravo à memória do arcebispo santo, em que as cartas de Camilo foram certamente inseridas para tornar o livro mais vendável. É de lamentar, porém, que Albuquerque, privilegiadamente situado para escrever a história da refrega, não tivesse querido (ou podido) publicar toda a crónica, tanto mais que vivia lado a lado dos principais actores da contenda, os padres Alves Mateus e João Veloso.

## OS CONGRESSOS DO CLERO

Veículos parlamentares das problemáticas sectoriais e gerais, os Congressos, enquanto foros de encontro, diálogo e resolução, foram privilegiados desde os meados do século XIX, tanto pela sociedade

---

(28) Manuel de Albuquerque, *ob. cit.*, 4.

política como pela comunidade religiosa. A arquidiocese bracarense constituiu-se, desde 1890, a principal árca de realização de congressos católicos, e os bispos e o clero de Braga os mais constantes e motivados organizadores deste tipo de encontros parlamentares, destinados à análise e controvérsia dos problemas pastorais, sócio-culturais, e político religiosos. Os Congressos Católicos da Província Eclesiástica de Braga definiram o modelo que, depois de 1890, outros congressos assumiram.

Manuel de Albuquerque aparece-nos, desde logo, nos quadros organizadores do II Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga (1891) <sup>(24)</sup>, que é definível qua! parlamento das Obras Católicas arquidiocesanas, reunidas para legislação dos seus deveres, direitos, necessidades e propósitos na sociedade diocesana e, por extensão osmósica, na comunidade nacional.

Por mais amplos, os Congressos das Obras Católicas eram pouco propícios ao debate dos interesses das corporações profissionais, como, por exemplo, a corporação do clero. Os problemas sociais e económicos sofreram persistente agravamento. No começo do século XX, a par da abundância de clero ignorante, que mal sabia assinar o nome nos livros canónicos, ou que, uma vez colado nas paróquias, se aheava progressivamente das caminhadas da Igreja no mundo, era ainda manifesta a sua precária vida económica. O clero imaginativo tendia a criar soluções económicas que, todavia, o afastavam das primordiais obrigações — a assistência espiritual, a catequese, os sacramentos. O clero menos imaginativo tendia a transformar o serviço pastoral em fonte de receita única, sobrepondo o acidente ao sujeito, mais curando dos emolumentos percebidos do que dos serviços solicitados. Imerso na questão política, o clero tendia a tudo transformar em política opinião, chegando-se ao ponto de haver presbitérios em que uns padres não falavam a outros por motivos partidários. Dividido entre Progressistas, Regeneradores, Liberais e, até, Republicanos, poderíamos iludir-nos ao vermos clero que não se unia ao bispo em nome da Ordem, mas se desunia do bispo e dos irmãos em nome do Partido.

O nascimento do Partido Nacionalista, que visava inovar a vida partidária nacional pelo abandono do partidarismo histórico, ajudou, por um lado, ao desaparecimento das desuniões entre o clero mais

---

<sup>(24)</sup> *Chronica do Segundo Congresso Catholico da Província Ecclesiastica de Braga*, 1892; P. Gomes, *Os Congressos Católicos em Portugal* (Lx.<sup>a</sup>, 1984) 31-32.

atento à nova doutrina social da Igreja, mas aprofundou, por outro lado, a desunião do clero que, filiado nos partidos históricos, ignorante da palavra dos novos Papas e dos novos bispos, via no Partido Nacionalista uma obra da «reação». O clero vivia mal, sem paços, sem côngruas, sem dotações, sem prestígio, ele mesmo tornado promotor de um epidémico anti-clericalismo, na medida em que cumpria o serviço público que se propusera com enormes deficiências.

O clero bracarense apresentava todas as qualidades e todos os defeitos do clero português da época, com algumas desvantagens: muitas paróquias, mas poucas com rendimento para colocar párocos; muitas paróquias sem justo rendimento, e muitos párocos em difícil situação económica; a melhor larguesa de vida do clero residente na cidade (Cabido, Paço, Seminário...) contrastando com a menor larguesa de vida dos pastores rurais. E, por fim, em Braga, o clero citadino apresentava-se ao clero dos campos como figura a todo o momento incrustada nas lides e nas benesses partidárias. Padres havia para quem o sacerdócio era apenas um título que lhes garantia a carreira profissional na vida política.

O clero tinha de ser reunido em gerais côrtes para que chorasse os seus males, para que enumerasse as suas carências, para que imaginasse soluções, e para que renovasse a sua atitude no meio da comunidade, tanto a política, como a eclesial.

O Dom Prior Manuel de Albuquerque que já em 1891 desejava se fundasse o Montepio do Clero, achou que a oportunidade estava madura. A inoperância episcopal face aos poderes temporais tornara-se clamorosa. Havia vontade, mas faltava poder de conclusão. O discurso da Igreja mostrava uma nova dinâmica no modo de formular a relação do Mundo com a Igreja, mas o clero em geral continuava alheado das mutações. Em meados de 1905, o Prior de Nossa Senhora da Oliveira publicitou o seu projecto de uma reunião geral do clero do arceprelado vimaranense, para que os padres, uns com os outros, vissem os seus males, e elaborassem as suas receitas. O projecto era publicitado, mas trazia a pública autorização do arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha, e o seu alcance parecia tão sensível, que o clero do Arciprelado de Guimarães logo viu nele a possibilidade de se exprimir em liberdade, em vista das realidades presentes e das exigências futuras. O projecto do Dom Prior tinha um amplo leque de problemas — sociais, económicos, educativos, pastorais — mas não pretendia exorbitar da sua área regional, e, se tivesse de exorbitar, não gostaria de sair das fronteiras diocesanas. Porém, ao eclodir da notícia, os padres de todo o país procuraram envolver-se, forçando os limites regionais

da preconizada reunião do clero vimaranense. Manuel de Albuquerque e a Comissão Organizadora cederam, com o assentimento do arcebispo. Guimarães não dispunha das condições logísticas para receber tantos inscrites e, o que se previa fosse um colóquio arceprestal, transformou-se no I Congresso do Clero Português, em que participaram mais de 700 congressistas, fazendo-se representar 164 arceprestados e vigararias, que elegeram 250 delegados, os quais tiveram voz activa nos debates.

O I Congresso do Clero decorreu no Seminário Conciliar de Braga (25.10.1905), e foi presidido pelo Dom Prior Manuel de Albuquerque, que abriu e encerrou os trabalhos com circunstanciais discursos<sup>25</sup>. Perante os congressistas (entre os quais sobressaíam figuras como o Abade de Geraz do Lima, o dr. José Gomes de Carvalho, então pároco da Sé da Guarda e antigo condiscípulo do Dom Prior, o cónego Correia Pinto, o dr. Garcia Dinis, o dr. Domingos Mariz...) o P. Albuquerque propôs os grandes temas do Congresso: a injusta dotação do clero, as culpas do clero no estado a que chegou, a conquista dos seus direitos pelas vias «da união e da legalidade», a urgência de o estudo dos problemas ser feito com abandono das tentativas de intromissão da «política» no debate que o Congresso se propunha<sup>26</sup>.

Muito mais prospectivo e exploratório do que decisivo e imploratório, este I Congresso foi entendido pelos interessados como um instrumento cuja utilização deveria continuar-se, de modo a haver, um dia, a colheita de previsíveis frutos, sobretudo nos aspectos relativos à revisão da lei das cóngruas, à política de pagamentos através das contas gerais do Estado, à isenção de impostos directos, à necessidade de residências paroquiais, à aposentação do clero idoso, nesta área se incluindo os problemas das mútuas e dos montepios do clero.

O Congresso emitiu conclusões mas não legis!ou soluções, nem lhe competia. Estas só seriam conquistadas pela união e pela legalidade — que o Congresso incarnava — pelo que o Congresso não podia acabar ali, na tarde desse dia 25 de Outubro de 1905. Os Congressistas votaram a institucionalização do Congresso do Clero enquanto fosse necessário. Eleito Presidente da Comissão Central, D. Manuel de Albuquerque propôs que a próxima reunião se efectuasse em Coimbra, no ano seguinte, tanto mais que o bispo-conde revelara grande abertura ao estudo dos problemas do clero.

---

(<sup>25</sup>) P. Gomes, *Os Congressos*, 38.

(<sup>26</sup>) «A Reunião do Clero Português em Braga», in *A Palavra*, XXXIV, n.º 114 (Porto, 26.10.1905).

O II Congresso do Clero (Coimbra, 26-28.9.1906) é mais valioso do que o de Braga, do ponto de vista do conteúdo. Já não tem a configuração exploratória do anterior, tende a reunir somente os delegados eleitos e a criar um ambiente de objectiva discussão dos problemas que o Congresso de Braga identificara. Digamos que a reunião de Braga serviu para efectuar o inventário dos problemas, e que o de Coimbra se destinou a debatê-los em profundidade, por isso que durou três dias. O P.<sup>o</sup> J. Dias de Andrade, do Seminário de Coimbra, encarregou-se da organização local, a que se associou o bispo D. Manuel de Bastos Pina, que, aliás, apresentou específica tese aos congressistas, na presença dos 150 delegados eleitos pelos arcepresbiteros e vigararias e 150 apenas — em Braga houvera mais — porque alguns bispos não deram o seu acordo ao movimento. Nomes que tinham constado das listas de Braga voltaram a aparecer, juntos a outros, quais José de Oliveira Guimarães, e PP. Silva Martins (Sardoal), J. Ribeiro Cardoso e Joaquim Pontes. O P. Afonso, repórter do diário portuense *A Palavra*, saudava este Congresso como evidente sinal da «união do clero e prosperidade do movimento católico em Portugal»<sup>(27)</sup>. D. Manuel de Albuquerque apresentou uma pequena memória impressa, contendo o *Relatório do Congresso do Clero em Braga*, que foi lido na abertura dos trabalhos pelo P. Ribeiro Cardoso. O *Relatório*, a par do discurso do Dom Prior, serve de guia às discussões das teses em que, todavia, prevalecem as relativas às dotações do culto e do clero, nas diferentes perspectivas de J. Ribeiro Cardoso e do Abade José de Castro<sup>(28)</sup>. É natural e humano que as questões do património paroquial e das dotações culturais absorvessem os congressistas, mas, apesar disso, o Congresso de Coimbra avançou 26 conclusões unanimemente aprovadas, importando mencionar que foram várias as conclusões de carácter pastoral. Basta citar, a título de exemplo, as conclusões sobre a urgência do lançamento de um jornal matutino de circulação nacional, a elaboração e publicação de um Catecismo único para todo o país, a abertura de capelas nocturnas de catequese para operários e gente de trabalho, e a lei que facilita aos casais a opção pelo matrimónio católico. Reunido sob o lema «cor unum et anima una», a obra dos Congressos do Clero parece terminar aqui, embora com definitivas propostas, na esperança de que os bispos e os gover-

---

(27) Affonso, «Reunião do Clero em Coimbra», in *A Palavra*, XXXV, n.º 103 (Porto, 13.10.1906).

(28) «O Segundo Congresso do Clero», in *A Palavra*, XXXV, n.ºs 89-91 (Porto, 27-29.9.1906).

nos se entendessem quanto aos problemas de seus foros. Os anos seguintes foram, no entanto, de aberta crise nacional, e os problemas que Manuel de Albuquerque quis e conseguiu ver enunciados e discutidos, propostos, explorados e implorados, ficavam apenas enunciados e propostos, com as soluções anexas. Só que, em vão. O clero ainda tinha de gemer!

## A CAMPANHA ANTI-PROTESTANTE

Quando as missões populares se achavam mais activas na tarefa de evangelização das aldeias, vilas e cidades, numa gesta que ainda se não conhece em toda a amplitude, porque, salvo as notícias da imprensa católica, nos falece uma visão monográfica das missões pedâneas, constantes desde meados do século XIX<sup>(29)</sup> — quando essas missões penetravam no íntimo da nossa sociedade, a propaganda protestante começou a tornar-se notória. A difusão da Bíblia — embora nas traduções portuguesas dos PP. Luís Ferreira de Almeida e António Pereira de Figueiredo — como se fosse uma arma contra a Igreja, tornou-se um facto. A reacção católica foi lenta e, algumas vezes, contraproducente. No ano de 1866, na cidade da Covilhã, houve uma manifestação de algumas pessoas que procederam, na rua, à queima de várias «bíblias protestantes». Era a conclusão que, à falta de melhor inteligência, alguns fiéis julgavam poder extrair da *Pastoral* que, em 24 de Dezembro de 1863, o bispo D. Manuel Martins Manso emitira sobre os perigos da difusão protestante na sua diocese. O episódio teve defensores e ofensores, entre estes se situando os dois cónegos bracarense do *Partido Liberal* (Figueiredo e Mateus) que aduziram posições em abono dos evangelistas protestantes e em desabono dos «inquisidores» covilhanenses. A emoção e a necessidade de maior esclarecimento levaram D. Manuel Martins Manso a publicar nova *Pastoral* (1.12.1867) sobre a propaganda protestante, que muito afectava a região diocesana da Beira Baixa (Covilhã e Fundão), onde as chamadas «bíblias protestantes» eram espalhadas.

---

(29) Falta ainda uma história das Missões ou Santas Missões em que se acharam envolvidos tão graves pregadores do século XIX. Essa história é uma página superior do renascimento católico em Portugal. A catequização popular assumiu um peculiar cariz, não obstante a diversidade de pregadores, e um dos livros nascido destas campanhas é o célebre *Missão Abreviada*, do P. Manuel José Gonçalves Couto, paradigma da catequese popular.

Manuel de Albuquerque viveu, jovem ainda, este clima de inquietação, do qual participavam alguns teólogos conimbricenses, que iniciaram o estudo do protestantismo. Um dos mestres de Albuquerque, o teólogo matosinhense Joaquim Alves da Hora (+ 1917) <sup>(30)</sup>, elaborou até pertinente abordagem intitulada *O Protestantismo considerado em seus Fundamentos* (1879), obra que, portanto, foi elaborada decerto em 1878, quando Manuel de Albuquerque terminava o curso na Faculdade de Teologia. Assim, chegado a Braga, a sua longa tarefa de apologeta veio a ser constituída por uma série de artigos, sobre o tema *A Igreja e a Reforma*, que viram a luz no jornal *Semana Religiosa Bracarense* <sup>(31)</sup>.

Entregue a outros temas, Albuquerque parece ter abandonado o do protestantismo por algum tempo, mas não deixou de o estudar. Com efeito, tendo Gomes dos Santos fundado na Livraria Povoense Editora a Colecção de apologética «Sciencia e Religião», — onde outro padre da Covilhã, o cónego Manuel Anaquim, publicou o seu estudo *O Hypnotismo* — para essa colecção escreveu Albuquerque um curioso e bem elaborado ensaio, *O Protestantismo*, que, sem data, veio a constituir o 21.º volume daquela popular Colecção de ciência e de apologética.

Escrito que visa a camada popular em primeira instância — convém saber que a propaganda protestante utilizava o processo das «folhas soltas», que eram distribuídas a eito, difundindo doutrina contra os sacramentos, o Papa, os sacerdotes — pelo que Albuquerque desejou actuar no plano social em que a propaganda protestante era mais intensa. Apresenta o seu trabalho, por isso, como «trabalho de propaganda popular» <sup>(32)</sup> sem outra intenção que não seja a de serviço. O livrinho é divisível em duas partes: a primeira, de carácter histórico, em que o autor expõe e critica a noção, as variações, a multiplicidade de seitas e as origens do protestantismo; a segunda, de carácter apologético, em que efectua a defesa histórico-filosófica da confissão sacramental, pois a confissão vinha sendo o sacramento mais visado pela propaganda protestante.

Quais os males do Protestantismo? Esta pergunta deverá ter-lhe sido posta múltiplas vezes, e a ela respondeu com um voluminho,

---

<sup>(30)</sup> P. Gomes, *Joaquim Alves da Hora, ou Crítica Teológica do Positivismo*. Matosinhos, 1980.

<sup>(31)</sup> O *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, I, 95, diz que os artigos saíram no vol. V daquele jornal, em 1869-1870. Ora, o vol. V equivale aos anos de 1879-1880. Em todo o caso, não pudémos ver este jornal em nenhuma daquelas datas.

intitulado *A Verdadeira Igreja de Christo*, que saiu com o n.º 35 na mesma colecção povoense.

O livro também se compendia em duas partes, que se orientam em torno das questões maiores suscitadas pela pergunta: qual é a verdadeira Igreja de Cristo? Mediante uma exposição histórica, Albuquerque ensina o povo como é que se conclui pela tese: «somente a Igreja Católica é a verdadeira Igreja de Cristo»<sup>(33)</sup>. A outra questão inere às provas sobre as características da Igreja verdadeira. Assumindo as razões teológicas, ainda que sem abandonar as históricas, Albuquerque conclui a segunda tese — Jesus Cristo imprimiu nesta Igreja as características da unidade e santidade, da catolicidade e da apostolicidade. Do mesmo passo expõe as antíteses, para demonstrar que ao Protestantismo falecem estes atributos. O autor também estuda as causas do sucesso do Protestantismo. A seu ver, ele progride no país em virtude de três causas: o indiferentismo religioso, ou «quase incredulidade»<sup>(34)</sup>, o progresso chamado científico, e, como corolário que faz uso destes preliminares, o activismo protestante, que se mostrou capaz de montar uma eficaz máquina de propaganda, não positivamente contrariada pela pastoral da Igreja. No seu todo, o livrinho apresenta também uma análise da sociedade portuguesa, nas suas deficiências em matéria de educação religiosa. A pior das causas não é o progresso científico; é o indiferentismo. Na opinião de Albuquerque, «o indiferentismo religioso é a morte da alma para a vida religiosa»<sup>(35)</sup>, e desta morte se aproveitava a propaganda protestante, que transmitia a ilusão de uma ressurreição para as almas mortas.

Concluindo pela afirmativa, Albuquerque entende uma saída — a saída pela via do renovamento da pastoral da Igreja, que teria de atender às necessidades de evangelização e de catequização de um povo deveras doente de «indiferentismo».

## A DOCTRINA DOS CENTROS NACIONAIS

Quando Manuel de Albuquerque chegou a Braga eram profundas as divisões políticas dentro do que poderíamos designar por 'alta igreja' bracarense. Estão fora de dúvida, porque documentadas, as polarizações consentidas por Azevedo e Moura, cujo sucessor, ao pre-

(32) M. de Albuquerque, *O Protestantismo*, 8.

(33) Id., *A Verdadeira Igreja de Christo*, 14.

(34) Id., *id.*, 5.

(35) Id., *id.*, 6.

tender corrigir as situações criadas, orientando o clero para uma maior participação no que já se poderia chamar movimento político-social da Igreja, o que obrigava ao abandono das estáticas posições partidárias históricas, também agravou, embora de outro modo, e por algum tempo, o clima tensional. Os regeneradores do Visconde de Pindela e os progressistas do Conde de Carcavelos detinham enorme domínio político na arquidiocese (porque dominavam o círculo de Braga) e, de portas adentro do presbitério, o cónego Alves Mateus tornara-se como que um deputado perpétuo, vencedor de todas as eleições, se não era em Braga era na Póvoa de Varzim, se não era na Póvoa, era em Vila Verde.

Suspeito de ser membro da Maçonaria, mas para todos os efeitos influente político liberal, Alves Mateus via-se um tanto marginalizado por D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa que, além de lhe retirar o ónus de ensino do Seminário Conciliar de S. Pedro, ainda o exonerava das várias funções e dignidades que ocupava na cõrte episcopal. Era Manuel de Albuquerque seu adversário político? Era-o, porque Albuquerque não navegava nas águas do liberalismo, assim como não navegava nas águas do socialismo; não o era, porque, isento de qualquer compromisso partidário, podia, se bem flanqueado, tornar-se um aderente de qualquer um dos históricos partidos. Ora, sabendo-se como Alves Mateus sentiu na carne a chamada de Manuel de Albuquerque a Braga, esse mesmo grande orador sacro sugeriu ao chefe do Centro Progressista, o Conde de Carcavelos, que convidasse Albuquerque a inscrever-se e a filiar-se no Centro de Braga do Partido Progressista. Aplicava-se a lei antiga — se queres vencer o adversário torna-te seu correligionário. E Alves Mateus, que tinha grande experiência política, viu que o fosso a princípio aberto se poderia anular, ou minorar, caso o novo professor do Seminário aderisse às hostes progressistas...

Manuel de Albuquerque disse que sim, mas... Aceitava, no entanto, punha uma condição: nas questões entre a Igreja e o Estado, estaria do lado da Igreja <sup>(36)</sup>. Decerto que os progressistas não objectaram a tal condição, mas o convidado deverá ter visto que, no presente estado de coisas, seria difícil praticar tal grau de coerência. E não aderiu, mantendo-se alheado da vida política. Entretanto, uma persistente caminhada fora iniciada pelos católicos, sobretudo a partir de 1870, com vista à definição das formas orgânicas que poderiam servir a um empenhamento na vida política do país. O movimento dos

---

(36) M. de Albuquerque, *Os Centros Nacionais*, 106, nota.

«Centros Nacionais», óvulos que foram do Partido Nacionalista, começaram a concorrer com os partidos históricos. Jacinto Cândido da Silva (+ 1926) abandona o Partido Regenerador e funda o Partido Nacionalista, ao lado do Conde de Bertiandos e de Gonçalo Xavier de Almeida Garrett. O Partido Nacionalista é uma fase de um exercício político iniciado muito antes, exercício esse a que Manuel de Albuquerque aderiu — o dos Centros Nacionais.

O pensamento social cristão achava quem o promovesse através de livrinhos, folhas soltas, jornais e conferências. Várias colecções literárias, como a «Colecção Fé e Pátria» abriam caminho no endoutrinamento social. A difusão da encíclica *Rerum Novarum* (15.5.1891) de Leão XIII fornecia ao pensamento cristão social novas referências pragmáticas<sup>(37)</sup> e causava alguma perturbação nas hostes dos partidos históricos que viam na encíclica uma forma de a Igreja se intrometer nos assuntos do Estado. O Governo não deu o beneplácito à carta de Leão XIII, mas ela foi publicada na imprensa católica, e o bispo da Guarda, D. Tomaz Gomes de Almeida, arrostando com a ira governamental, ousou tornar pública uma Pastoral sobre a encíclica<sup>(38)</sup> — o que lhe valeu sólidas, conquanto inócuas, reprimendas do ministro da Justiça, Lopo de Abreu. O clero bracarense apressou-se a tornar pública uma «Declaração» de apoio à *Rerum Novarum*, que conclui: «Jesus Cristo, a igreja e a pátria, eis o lema da nossa bandeira, o programa da nossa política, o ideal das nossas aspirações, o objecto das nossas crenças católicas e dos nossos afectos de portugueses»<sup>(39)</sup>. Tem esta «Declaração» a notável particularidade de já apresentar um Alves Mateus modificado, pois que, é do domínio geral, o ilustre prégador acabou por evoluir do acirrado progressismo para o movimento social católico. O cónego Alves Mateus é o segundo subscritor da referida «Declaração» em que se achou, portanto, com o P. Manuel de Albuquerque e muitos outros padres nacionalistas.

Sem tirar ilações deste facto, convém mencionar o II Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga (Abril de 1891). Mateus foi o orador do pontifical de inauguração, e Albuquerque havia sido nomeado redactor do Congresso. Nesse mês de Abril de 1891 Mateus e Albuquerque encontraram-se em várias cerimónias e actos de con-

(37) 'Rerum Novarum', in *Sciencias Ecclesiasticas*, I (1891) 161 e ss.

(38) D. T. Gomes de Almeida, *Pastoral de 14.10.1891*. Cf. P. Gomes, *Memórias de Riba Coa e da Beira Serra*. 3. D. Tomaz Gomes de Almeida, *Bispo de Angola e da Guarda (Obra Pastoral)*. (Braga, 1979) 109-124.

(39) «Declaração do Clero do Arcebispado de Braga (11.10.1892)», in *Sciencias Ecclesiasticas*, II (1892) 260-261.

fraternização, e parece que se deram bem um com o outro, não havendo dúvidas de que Mateus estava sintonizado com os ideais do Congresso. Deu, aliás, provas disso. Quando, oportunamente, o deputado Manuel de Arriaga discursou no Parlamento sobre o Congresso de Braga, para dizer que os bispos estavam em «rebelião aberta contra as instituições», a réplica foi-lhe dada por Alves Mateus, num discurso correcto mas incisivo, que apresentou ao Parlamento outra imagem da reunião de Braga: um «respeitável e importante Congresso», tudo feito em público, sem tempo nem disposição de ninguém para conspirar<sup>(40)</sup>. A declaração de Alves Mateus foi lida na sessão de 19 de Dezembro de 1891.

Entre esta data e aquela em que o clero bracarense emitiu a Declaração em favor da *Rerum Novarum*, deve ter havido tempo para reconhecer que Alves Mateus mudara, e Albuquerque deverá ter visto que tinha agora, na sua frente, um movimento onde podia ser útil. Não estava ele preocupado com as questões sociais e políticas? Estava. Na vasta colaboração publicada no jornal *A Voz do Christão*, subscreveu ele uma série de artigos sob o título *De Brácara a Covilhã*, artigos esses que depois publicou em livro, justamente com esse mesmo título (1891), em que Braga é, por assim dizer, a fé e, a Covilhã, o trabalho.

O programa social e político dos Centros Nacionais, assinado por Jacinto Cândido, Conde de Bertandos e Xavier Garrett, fora difundido em 16 de Julho de 1901. Precisavam estes de uma personalizada organizativa em Guimarães e, para tanto, desafiaram o Dom Prior. Tinha ele traçado, já então, um plano de vida para os poucos anos que lhe restavam: «Da minha paróquia para o campo e do campo para a minha paróquia seria o meu remate desta vida»<sup>(41)</sup>. Mas diversas pessoas consideraram, em Agosto de 1901, que ele seria membro valioso na fundação do Centro Nacional Vimaranesense — pedido a que acedeu, embora também pusesse duas condições: que não fosse tido nem havido como o chefe nacionalista local, e que o Arcebispo pudesse intervir, se o achasse necessário, nas orientações do Centro<sup>(42)</sup>.

A sua adesão ao Centro Nacional fez-se com estudo da história do movimento nacionalista alemão e com análise da natureza, meios e fins dos Centros Nacionais portugueses. Deste estudo e desta análise

---

(40) J. Alves Mateus, «O Congresso Catholico de Braga e a Conferência dos Exmos Bispos de Portugal», in *Instituições Christãs*, 3 (Coimbra, 5.2.1892) 65-69.

(41) M. de Albuquerque, *Os Centros Nacionais*, 7.

(42) *Id.*, *id.*, 10.

nasceu o livro *Os Centros Nacionais* (1902), impresso na Tipografia bracarense do seu amigo Manuel Ribeiro Braga. Elaborado com fins didácticos e propagandísticos, o livro versa a missão dos Centros, a sua função nos planos moral, político, religioso e cultural, a organização interna, e o balanço da penetração dos Centros no país, onde, naquela data, já se contavam pelo menos dez organizações distritais. É um livro didáctico, como dizemos, elaborado para leitores ainda que politicamente pouco informados, e certamente destinado a guia dos responsáveis paroquiais dos Centros.

Membro dos Centros Nacionais, Manuel de Albuquerque participou da geração fundadora do Partido Nacionalista, cujo primeiro Congresso se reuniu no Porto (1903). A presença de Albuquerque é, porém, notada no II Congresso (Viana do Castelo, Agosto de 1905) em cuja terceira sessão proferiu um ácido discurso contra a fraca adesão dos católicos ao Partido. Criticou designadamente os que não aderiam por acharem que o Partido era sol de pouca dura; os que, filiando-se nos partidos apenas por interesses pessoais, não tinham lugar no novo Partido; os que não aderiam porque achavam que os chefes partidários deviam ser os bispos e não os leigos; e também os bispos que gostariam de ser chefes partidários<sup>(48)</sup>.

Manuel de Albuquerque colaborou com o Partido Nacionalista, até à sua extinção, mas o que desta fase resta é sobretudo o livro *Os Centros Nacionais*, pelo seu valor didáctico, tanto mais que, exceptuando *A Doutrina Nacionalista*, de Jacinto Cândido, foram poucas as obras de iniciação nacionalista publicadas pelo referido movimento partidário.

## DOM PRIOR DA COLEGIADA DE GUIMARÃES

João Franco apresentara em 1888, na sua qualidade de deputado por Guimarães, um projecto de lei de conservação e reorganização da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. O projecto-lei de João Franco andou dois anos em amadurecimento, até que, em 14 de Setembro de 1890, o Governo recebia autorização para realizar o projecto franquista. O facto foi comunicado por D. Carlos em carta de 8 de Janeiro de 1891 ao arcebispo D. António José de Freitas Honorato, carta essa que integra a resolução de conservação e reorganiza-

---

(48) Cf. *A Palavra*, Ano XXXIV, n.º 46 (Porto, 6.8.1905).

ção em 18 artigos<sup>(44)</sup>. São definidos os programas, o pessoal e os fundos, e o artigo sexto atende à criação, junto da mesma Colegiada, de um «Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira», que vinha a ser um instituto de instrução pública e gratuita.

O primeiro Dom Prior nesta nova fase da Colegiada (e 67.º desde a fundação) foi D. José de Andrade Sequeira, (+ 1895) que, por motivos de doença, pouco tempo passava em Guimarães. Não contou este com a colaboração do P. Albuquerque, como era desejo do arcebispo. Com efeito, através de Provisão de 12 de Novembro de 1891 o arcebispo Freitas Honorato nomeou para o Pequeno Seminário os cônegos com ónus de ensino, entre esses cônegos se achando o P. Albuquerque o qual, todavia, e por motivos que não averiguámos, recusou ensinar.

Falecido D. José de Andrade Sequeira, Manuel de Albuquerque, que não quisera ser cônego na Colegiada, vê-se nomeado seu 68.º Prior, por Carta de 6 de Setembro de 1895, tomando posse do cargo em 28 de Setembro do mesmo ano e nele permanecendo até à extinção da Colegiada, em 1912.

A cerimónia de posse teve grande solenidade e nela o novo Reitor pronunciou um importante discurso programático, de que a imprensa se fez eco<sup>(45)</sup>. No entanto, o priorado de D. Manuel de Albuquerque esteve longe de ser feliz. Os documentos relativos às dificuldades que geraram fricções entre o Cabido da Sé Primacial de Braga e o Cabido da Colegiada constam de manuscritos que se julgavam totalmente perdidos<sup>(46)</sup>. Esses manuscritos seriam o *Diário* (566 páginas), o *Relatório ao Senhor Arcebispo de Braga* (445 páginas), as *Actas de Sessões Capitulares* (2 volumes, de 360 páginas), a *Breve Memória sobre uma Procedência do Cabido de Guimarães e um Convite do Cabido de Braga* (46 páginas) e o *Projecto de Novos Estatutos da Colegiada*. Segundo foi averiguado pelo escritor Manuel Alves de Oliveira, estes dois últimos manuscritos existem no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (em Guimarães), aguardando competente estudo, e os outros perderam-se, não se sabendo se ficaram na posse dos seus familiares. Tudo indica, porém, que será difícil que venham a ser encontrados.

---

(44) M. Alves de Oliveira, *ob. cit.*, p. 122-127. Os «Estatutos da Insigne e Real Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira» podem ser lidos in *Sciencias Ecclesiasticas*, I (1891) 285-290 e 291-292.

(45) M. de Albuquerque, «Discurso no Acto de Posse do Priorado da Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira de Guimarães», in *A Correspondência do Norte*, XV, n.º 1499 (Braga, 5.10.1895).

(46) M. Alves de Oliveira, *ob. cit.*, 133.

Membro do Conselho de Sua Magestade, por inerência à sua dignidade de Dom Prior, Manuel de Albuquerque procurou reformular a regra colegial, para que elaborou novos Estatutos, mas o arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha não lhe deu o solicitado seguimento. O Governo da República encerrava a Colegiada, era o ano de 1912; e, pouco depois, o Dom Prior encerrava também a sua vida na terra.

## O ÚLTIMO DIA

Descrevendo os últimos dias do Dom Prior, Manuel Alves de Oliveira escreve: «Exerceu o priorado até 1912, ano em que o Governo da República extinguiu a Colegiada, indo em seguida para a sua terra natal, onde faleceu, contando 69 anos de idade, e em cujo cemitério ficou sepultado»<sup>(47)</sup>. Segundo o cálculo do historiador vimezanense, e considerando que o Dom Prior morreu com a idade de 69 anos, a data da morte deveria fixar-se em 1917<sup>(48)</sup>. Na verdade, D. Manuel de Albuquerque faleceu em Guimarães, no dia 11 de Fevereiro de 1912. Tinha, de facto, 69 anos, porque nascera em 1843. Esta data de 1912 está correcta na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*<sup>(49)</sup>, o que pode oferecer dúvidas, vistas as frequentes inexactidões que se acham nessa publicação, mas é merecedora de crédito porque ela se acha mencionada noutros locais dignos de crédito. O semanário *Voz da Verdade*, de Braga, em que o Dom Prior colaborou, di-lo falecido no Paço de Guimarães em 11 de Fevereiro de 1912<sup>(50)</sup>, e igual data mencionam outras fontes de segura informação<sup>(51)</sup>.

Os sofrimentos de que foi vítima, por causa, sobretudo, dos problemas que o priorado lhe suscitou, contribuíram para o abalo da sua saúde, que ficou em precário estado depois que, em 1910, foi acometido por uma congestão cerebral. Fazia, não obstante, viagens à cidade natal, em visitas de família, mas em Fevereiro de 1912 achava-se em Guimarães, onde faleceu. Logo a seguir os seus restos

---

(47) Id., *ob. cit.*, 133.

(48) Id., *Dicionário de História da Igreja*, I, 95.

(49) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, I, 755.

(50) *Voz da Verdade*, Ano 19, n.º 7 (Braga, 15.2.1912) 83-84.

(51) *O Amigo da Religião*, Ano XXIV, n.º 1203 (Braga, 18.2.1912) 148-149; *O Comercio de Guimarães*, Ano 28, n.º 2625 (Guim., 13.2.1912); J. A. Ferreira, *História Abreviada*, 457.

mortais, após ofícios fúnebres, foram trasladados para a Covilhã, sendo sepultados, sem qualquer pompa, no cemitério local de S. Sebastião. Não parece que a sua diocese de origem haja prestado grande atenção ao evento, porquanto, n' *A Guarda*, semanário católico de circulação nacional, não achámos, ao tempo, qualquer desenvolvida notícia, talvez porque estivesse demasiado ocupada com a refutação da campanha de calúnias movida contra o bispo da diocese, D. Manuel Vieira de Matos, preconizado arcebispo bracarense. Todavia, além dos familiares, o testamento do Dom Prior contemplou diversas obras de caridade da Covilhã, terra de que nunca se desligou, apesar da fulgurante carreira que Braga e Guimarães lhe destinaram em bem difíceis oportunidades da nossa vida eclesial.

*Pinharanda Gomes*

#### BIBLIOGRAFIA <sup>(52)</sup>

##### *De Manuel de Albuquerque*

1. *Oração Fúnebre Recitada nas Exéquias Solennes do Visconde da Coriscada e de D. Rita Geraldês*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877. 8.º, 42 pp. [BNL, SCB].
2. 'A Igreja e a Reforma', in *Semana Religiosa Bracharense*, V (1879-1880).
3. *Semana Religiosa Bracharense*. Braga, 1875-1886. Colaboração desde o Ano V (1879) e ss.
4. *Oratio quam pro Solemni Studiorum Inauguratione in Seminario Conciliari Bracharensi pridie idus Octobris MDCCC LXXX habuit Presbyter Emmanuel de Albuquerque Theologiae Fundamentalis Professor in eodem Seminario*. Bracharae, Ex Typographia Lusitana, MDCCCLXXX (1880). 8.º, 14 pp. [BNL, SCB].
5. *Teologia Fundamental. Prelecções*. Porto, Tip. de António José da Silva Teixeira, 1882. 8.º, XII + 434 pp. [SCB].
6. *Consultor do Clero*. Braga, 1883-1885. Colaboração diversa. [BNL].
7. *Carta a Aegydius-Episcopus*. Porto, Tip. de Artur José de Sousa & Irmão, 1887. 225 × 160 mm, 44 pp. [BNL].
8. *O Amigo da Religião*. Braga, 1888 e ss. Colaboração diversa. [BNL].
9. *Consultorio Ecclesiastico. Respostas a Consultas*. Leça da Palmeira, Tip. Fraga Lamesas, 2 vols., 1889-1891. 250 × 180 mm, XV + 487 pp. e 435 pp. [BNL, SCB].

---

(52) Esta Bibliografia não pretende ser exaustiva, indicando apenas o que achámos e de algum modo confirmámos. Indicamos os locais onde as obras existem: BNL = Biblioteca Nacional de Lisboa; SCB = Seminário Conciliar de Braga.

10. *A Voz do Christão*. Porto, 1884-1891. Colaboração diversa, [BNL].
11. *Sciencias Ecclesiasticas*. Leça da Palmeira, 1891-1895. Direcção e diversa colaboração. [BNL].
12. *De Brácara a Covalhãna*. Leça da Palmeira, Tip. Fraga Lamares, 1891 [Não vimos qualquer exemplar desta obra].
13. «Declaração do Clero do Arcebispado de Braga», in *Sciencias Ecclesiasticas* II 1892) 260-261 [BNL].
14. *Chronica do Segundo Congresso Catholico da Província Ecclesiastica de Braga*. Braga, 1892. Compilação. 235 × 145, 416 pp. [BNL].
16. 'Discurso no Acto de Posse do Priorado da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães', in *A Correspondência do Norte*, Ano XV, n.º 1499, (Braga, 5.10.1895) [BNL].
17. *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Filippes. Com as Cartas de Camillo Castello-Branco. Prefaciado pelo Dr. Manuel de Albuquerque*. Braga, Tip. de Laureano Costa, 1895. 190 × 125 mm, 160 pp. [BNL].
18. *Os Centros Nacionais*. Braga, Imprensa Henriquina de Manuel Ribeiro Braga, 1902. 8.º, 343 pp. [BNL, SCB].
19. 'Discurso no II Congresso do Partido Nacionalista', in *A Palavra*, Ano XXXIV, n.º 46 (Porto, 6.8.1905). [BNL].
20. 'Discurso no I Congresso do Clero', in *A Palavra*, Ano XXXIV, n.º 114 (Porto, 26.10.1905) [BNL].
21. *Relatório do Congresso do Clero em Braga*. Braga, 1906. [Não vimos este opúsculo mencionado nas reportagens sobre o II Congresso do Clero, nem podemos garantir a exactidão do título].
22. *Protestantismo*. Póvoa de Varzim, Livraria de J. P. de Castro, s. d. 8.º, 111 + 1 pp. N.º 21 da Collecção Sciencia e Religião [BNL].
23. *A Verdadeira Igreja de Christo*. Póvoa de Varzim, Livraria de J. P. de Castro, s. d. 8.º, 106 pp. N.º 35 da referida Collecção. [BNL, SCB].
24. *Diário* (Volume m. s. de 566 pp., paradeiro desconhecido)..
25. *Relatório ao Senhor Arcebispo de Braga* (m. s., 445 pp., paradeiro desconhecido).
26. *Actas das Sessões Capitulares* (m. s., 2 vols. de 360 pp., paradeiro desconhecido).
27. *Breve Memória sobre uma Precedência do Cabido de Guimarães e um Convite do Cabido de Braga*. (m. s. 46 pp., no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães).
28. *Projecto de Novos Estatutos da Colegiada* (m. s. no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães).

#### *Relativa a Manuel de Albuquerque*

1. Affonso — 'Reunião do Clero em Coimbra' in *A Palavra*, XXXV, n.º 103, Porto, 13.10.1906.
2. Albuquerque, Seabra de — *Bibliographia da Imprensa da Universidade. Coimbra, 1877*.
3. Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Vol. III. Porto, 21971.

4. *Comércio (O) de Guimarães*, Ano 28, n.º 2625. Guimarães, 13.2.1912.
5. *Correspondência da Covilhã*. Ano 13, n.º 667, Covilhã, 25.2.1912.
6. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. XVI.
7. *Diccionario de História da Igreja em Portugal*. Vol. I.
8. Ferreira, José Augusto — *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga e das Escolas Eclesiásticas Precedentes. Século VI-Século XX*. Braga, 1937.
9. Ferreira, José Augusto — *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*. Vol. IV. Braga, 1935.
10. Gomes, J. Pinharanda — *Memórias da Riba Coa e da Beira Serra. 3. D. Tomaz Gomes de Almeida, Bispo de Angola e da Guarda. Obra Pastoral*. Braga, 1979.
11. Gomes, J. Pinharanda — *História da Diocese da Guarda*. Braga, 1981.
12. Gomes, J. Pinharanda — *Os Congressos Católicos em Portugal*. Lx.<sup>a</sup>, 1984.
13. Gomes, J. Pinharanda — *Joaquim Alves Mateus*. Inédito.
14. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. I.
15. Lopes, A. da Costa — 'Algumas Obras de Professores do Seminário de Braga', in *Cenáculo*, I (Braga, 1950), 88-89.
16. Mota Júnior, J. R. A. — *Cartas Notáveis de Camillo Castello Branco. O Patriotismo de Fr. Bartholomeu dos Mártires*. Porto, s. d. (1894?).
17. Oliveira, A. Lopes de — *Imprensa Bracarense*. Braga, 1976.
18. Oliveira, Manuel Alves de — *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães, 1978.
19. 'A Reunião do Clero Portuguez em Braga', in *A Palavra*, XXXIV, n.º 114. Porto, 26.10.1905.
20. 'O Segundo Congresso do Clero', in *A Palavra*, XXXV, n.º 89-91. Porto, 27 a 29.9.1906.
21. *Semana Religiosa Bracharense*, Ano VI, (Braga, 1880-1881) 290.